

Agenda legislativa da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígena

1 - Propostas legislativas prioritárias

Consolidação de direitos

PL nº 2057/91, que dispõe sobre o Estatuto das sociedades Indígenas; **apensados:** PL 1561/1989, PL 5742/1990, PL 5764/1990, PL 5442/2009; **tramitação:** Pronto para pauta no Plenário.

PL nº PL nº 3571/08, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI; **tramitação:** Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Demarcações

PEC nº 215/10, inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei; apensados: PEC 257/2004, PEC 275/2004, PEC 319/2004, PEC 156/2003, PEC 37/2007, PEC 117/2007, PEC 411/2009, PEC 415/2009, PEC 161/2007, PEC 291/2008, PEC 291/2008; tramitação: aguardando criação de Comissão Temporária na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

PEC nº 237/2013 - Acrescente-se o art. 176-A no texto Constitucional para tornar possível a posse indireta de terras indígenas (50%), à produtores rurais na forma de concessão; tramitação: aguardando despacho inicial para análise das



Comissões; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Admissibilidade); Comissão Especial (Mérito).

PEC nº 038/99 – Senado Federal -, inclui entre as competências privativas do Senado Federal a aprovação do processo de demarcação da terras indígenas e faz outras alterações nos arts. 225 e 231; **tramitação:** aguardando inclusão na Ordem do Dia do Senado Federal.

Mineração

PL nº 1610/96, originário do Senado Federal, dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo primeiro, e 231, parágrafo terceiro, da Constituição Federal; **tramitação:** aguardando Parecer na Comissão Especial.

2 – Agenda política Congresso/Sociedade

Violência/Demarcações

- a) Demarcação das terras do povo Guarani-Kaiowa, no Mato Grosso do Sul;
- b) Desintrusão da TI Suiá Missú, no Mato Grosso;
- c) Desintrusão das terras dos índios Pataxó Hã Hã Hãe, da Bahia;
- d) Acompanhar o processo de regulamentação da Convenção 169 da OIT;
- e) Votação, pelo STF, dos Embargos Declaratórios da decisão pela homologação da TI Raposa Serra do Sol;
- f) Revogação da Portaria 303, da AGU.
- g) Outros

Datas, campanhas e eventos e estratégias

- a) 19/04, dia do índio, realizar Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados;
- b) Retomada da campanha "somos todos Guarani-Kaiowa";



- c) Realizar reunião de trabalho, para operacionalizar um as estratégias da Frente;
- d) Unificar as pautas com as populações tradicionais, como quilombolas, extrativistas, ribeirinhos etc.
- e) Tem como foco unificador da ação política o PL 2057/91 Estatuto do Índio;

3 - Projetos para monitoramento

Câmara dos Deputados

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	SITUAÇÃO EM 2011
PL-760/2011	Padre Ton - PT/RO.	Inclui o inciso IV no art. 58 da Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, que institui o Estatuto do Índio. Explicação:Tipifica a intrusão em terras indígenas.	Aguardando designação de relator na CDHM – 25/02/2013.
PL-759/2011	Padre Ton - PT/RO.	Acrescenta o inciso X e XI no art. 1º da Lei nº 8.313 de 1991. Explicação:Inclui no Programa Nacional de Apoio à Cultura a promoção da cultura indígena, afrobrasileira e folclores.	Aguardando designação de relator na CEC – 25/02/2013.
PL-693/2011	Carlos Bezerra - PMDB/MT.	Dá nova redação ao art. 59 da Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, para adaptá-la à nova redação do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Agrava a pena de um terço nos crimes contra a pessoa, o patrimônio ou a dignidade sexual em que a vítima seja índio não integrado ou comunidade índigena.	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.
PDC- 2766/2010	Ana Arraes - PSB/PE.	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, situados na terra indígena localizada no município de PESQUEIRA- PE, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.	Aguardando parecer na CME – 25/02/2013



PDC- 2765/2010	Ana Arraes - PSB/PE.	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, situados na terra indígena localizada no município de Águas Belas- PE, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.	Aguardando parecer do Dep. Fernando Ferro PT/PE, na CME – 25/02/2013.
PDC- 2393/2010	Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR.	Susta os efeitos do Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009. Explicação: Susta o decreto que "Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e dá outras providências."	Aguardando parecer na CDHM – 25/02/2013.
PDC- 1565/2009	Valdir Colatto - PMDB/SC.	Susta os efeitos da Portaria nº 175, de 20 de fevereiro de 2009, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que constitui grupo técnico para realizar os trabalhos de levantamento fundiário e avaliação de benfeitorias das ocupações de terceiros na Terra Indígena Guarani do Araça'i, nos municípios de Cunha Porã e Saudades, Estado de Santa Catarina.	Aguardando parecer na CDHM – 25/02/2013.
PL-3808/2008	Henrique Afonso - PT/AC.	Altera o art. 13 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o indígena como segurado facultativo da previdência social.	Aguardando parecer na CSSF – 25/02/2012
PDC- 1323/2008	Homero Pereira - PR/MT.	Susta a Portaria nº 1.429, de 4 de agosto de 2008, do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, que declara de posse permanente do grupo indígena Manoki a Terra Indígena Manoki, localizada no município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.	Aguardando parecer na CCJM – 25/02/2013.
PDC- 510/2008	Homero Pereira - PR/MT.	Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 11 de dezembro de 1998, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Maraiwatsede, localizada nos Municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, no Estado do Mato	Aguardando parecer na CDHM – 25/02/2013.



		Grosso.	
PDC- 480/2008	Valdir Colatto - PMDB/SC.	Susta os efeitos da Portaria nº 1.128 de 13 de agosto de 2003, do Ministério da Justiça, que homologa a demarcação da Terra Indígena Ibirama La-Klanô ou Duque de Caxias, nos Municípios de Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina	Aguardando parecer na CDHM – 25/02/2013.
PL-3571/2008	Poder Executivo.	Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI, e dá outras providências. Explicação: Estabelece que o CNPI substituirá a Comissão Nacional de Política Indigenista; será um órgão de composição paritária com representantes do Executivo, dos Povos e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas. Altera a Lei nº 5.371, de 1967 e revoga o Decreto-Lei nº 423, de 1969, que tratam sobre a FUNAI	Aguardando parecer na CFT – 25/02/2013.
PL-3410/2008	Henrique Afonso - PT/AC.	Introduz o art. 1211-D na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, para dispor sobre prioridade na tramitação de processos de interesse dos Índios.	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.
PL-3226/2008	Senado Federal - Papaleo Paes - psdb/ap.	Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas.	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.
PDC- 393/2007	Zequinha Marinho - PMDB/PA.	Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apyterewa, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará.	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.



PDC-50/2007	Valdir Colatto - PMDB/SC.	Susta os efeitos da Portaria nº 790, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça, que homologa a demarcação da área denominada pela Funai como Guarani de Araça"y, nos Municípios de Cunha Porã e Saudades, Estado de Santa Catarina, declarando-a como de posse permanente do grupo indígena Nhandéva-Chiripá.	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.
PDC-49/2007	Valdir Colatto - PMDB/SC.	Susta os efeitos da Portaria nº 795, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça, que amplia os limites da área denominada pela Funai como Terra Indígena Toldo Pinhal, localizada nos Municípios de Seara, Paial e Arvoredo, Estado de Santa Catarina, declarando-a de posse permanente do grupo indígena Kaingang	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.
PDC-48/2007	Valdir Colatto - PMDB/SC.	Susta os efeitos da Portaria nº 793, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça, que homologa a demarcação da área denominada pela Funai como Terra Indígena Toldo Imbu, no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, declarando-a de posse permanente do grupo indígena Kaingang.	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.
PDC-47/2007	Valdir Colatto - PMDB/SC.	Susta os efeitos da Portaria nº 792, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça, que amplia os limites da área denominada pela Funai como Terra Indígena XAPECÓ - GLEBAS A e B, localizada nos Municípios de Abelardo Luz e Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, declarando-a como de posse permanente do grupo indígena Kaingang.	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.
PL-1057/2007	Henrique Afonso - PT/AC.	Dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais.Explicação:Projeto de Lei conhecido como "Lei Muwaji", em homenagem a uma mãe da tribo dos	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.



	1		
		suruwahas, que se rebelou contra a tradição de sua tribo e salvou a vida da filha, que seria morta por ter nascido deficiente.	
PL-2490/2007	Eduardo Valverde - PT/RO.	Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para estender às comunidades indígenas o direito de prestarem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.	Aguardando deliberação de recurso pela Mesa – 25/02/2013.
PL-490/2007	Homero Pereira - PR/MT.	Altera a Lei n° 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Explicação: Estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.
PDC- 2540/2006	Senado Federal - Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR.	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na região do Rio Cotingo, em Roraima	Aguardando deliberação na CCJC – 25/02/2013.
PL-6952/2002	Poder Executivo.	Dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças - APEC, e dá outras providências.	Aguardando constituição do Comissão Especial pela MESA – 25/02/2013.
PEC-409/2001	Hugo Biehl - PPB /SC	Modifica o § 6º do art. 231 da Constituição Federal.	Aguardando parecer na CCJC – 25/02/2013.
PDC- 381/1999	José Borba - PTB/PR.	Dispõe sobre a Autorização do Uso de Terras Indígenas na Região de São Jerônimo da Serra, no Rio Tibagi, de acordo com o art. 231, § 3º da Constituição Federal. Explicação: Dispõe que o Grupo Indígena Kaingang terá direito a 1% (um por cento) do valor a ser distribuido a título de royalties aos municípios inundados pelo reservatório da usina hidrelétrica de São Jerônimo.	Pronto para pauta no Plenário – 25/02/2013.
PEC-133/1992	Nicias Ribeiro - PMDB/PA.	Acrescenta parágrafo ao art. 231 da Constituição Federal. Explicação: Exige a autorização previa do Congresso Nacional para a	Pronto para pauta no Plenário – 25/02/2013.



		demarcação das terras indígenas, após a aprovação da extensão e dos limites territoriais da área que compreende a reserva indígena. Altera a Constituição Federal de 1988.	
PL-2057/1991	Aloizio Mercadante - PT/SP.	Dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas.Explicação:Co- autor: Deputado Fábio Feldmann - PSDB/SP. Co-autor: Deputado Jose Carlos Sabóia - PSB/MA. Co-autor: Deputado Nelson Jobim - PMDB/RS. Co-autor: Sidney de Miguel - PDT/RJ. Bloco.	Pronto para pauta no Plenário – 25/02/2013.